

PELO FIM DO GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO (ENTREVISTA)

POR EL FIM DEL GENOCIDIO DEL PUEBLO PALESTINO (ENTREVISTA)

STOP THE GENOCIDE AGAINST THE PALESTINIAN PEOPLE (INTERVIEW)

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v16i3.65189>

Ualid Rabah¹

A revista *Germinal: marxismo e educação em debate* tem se caracterizado como um importante espaço de debate e divulgação da reflexão marxista no Brasil e, por isso, não poderia se furtar de dar uma contribuição para ampliar a discussão sobre o fim do genocídio do povo palestino. Nesse sentido, a Comissão Editorial, com a inestimável e decisiva colaboração de Leonardo Segura Moraes², realizou uma entrevista com Ualid Rabah, presidente da [Federação Árabe Palestina do Brasil](#) (Fepal), uma das entidades que representa a diáspora Palestina no Brasil.

Germinal: Quando foi iniciado o genocídio do povo palestino? Você pode nos contar um pouco desta história de pilhagens e massacres, mas também de lutas e revoltas?

Ualid Rabah: O genocídio começou, em seu primeiro embrião, ainda no século 19, e mesmo antes da obra seminal do sionismo, *O Estado Judeu* (Theodor Herzl, 1896), ou, ainda, do 1º Congresso Sionista (1897). Quando pouco, claro, remontaria a esses dois momentos históricos, especialmente ao segundo, no qual o plano de construir um Estado nacional somente para euro-judeus passa a ter a Palestina como endereço deste regime supremacista e a ser limpo etnicamente, visto que descrita como uma “terra sem povo” (o censo britânico de 1922 para a Palestina indicou densidade demográfica de 28,7 habitantes por km², muito superior, por exemplo, à do Brasil, que não chegava, ainda, a 4 habitantes por km², e não muito inferior à da China, à época pouco superior a 30 habitantes por km²).

Os primeiros colonos euro-judeus chegam à Palestina no início de 1880 (1881 para uns e 1882 para outros). O barão Edmond Rothschild (de Paris) começa a financiar a colonização da Palestina por euro-judeus em 1882, sob as barbas otomanas, embora a permissão do Império Otomano aos judeus para viverem fora de seu império, de 1881, não incluía a Palestina (que, curiosamente, integrava-o). E embora haja uma série de decisões otomanas conflitantes com os interesses sionistas (1882 permite visitas de peregrinos e homens de negócios judeus à Palestina, mas proibindo o assentamento, restringida aos peregrinos em 1884, e a rejeição, em 1896, da Palestina ao projeto sionista – neste ano Herzl publicará seu livro *Der Judenstaat*, ou *O Estado Judeu*, no qual aventa Argentina e Palestina como locais de sua realização), os fatos no terreno demonstraram uma aliança às sombras. Tanto que o primeiro confronto entre camponeses palestinos e colonos euro-judeus recém-chegados se deu em 1886. E em 1890, o Mutassarraf (oficial administrativo otomano para Jerusalém) Rashad Pasha manifestou simpatia pelos colonos sionistas, sofrendo forte objeção de líderes palestinos, especialmente de Jerusalém.

O resultado concreto das omissões otomanas frente à colonização sionista foi que estrangeiros judeus adquiriram, até 1918, quando finda seu império, 420 mil dunums (1,5% das terras palestinas), dobrando para 3% as terras palestinas em mãos do sionismo. Detalhe: a quase totalidade foi comprada de proprietários feudais libaneses, especialmente das famílias Sursock, Tayyan, Tueni e Medawar, ou da administração otomana, em leilões públicos de terras confiscadas de camponeses palestinos que não conseguiam pagar os impostos (estima-se que 93% das aquisições sionistas tenham se dado nesta modalidade). A compra de terras pelos sionistas só não foi maior porque lideranças palestinas de então trabalharam para evitar a colonização sionista da Palestina. As iniciativas foram desde pressão às autoridades otomanas ao engajamento na compra de todas as terras visadas pelos sionistas. Numa dessas iniciativas, de 1897, o Grande Mufti de Jerusalém, Xeque Muhammad Tahir al-Hussaini, impediu muitas transferências de terras aos sionistas ao chefiar um órgão com poderes para auditar estes pedidos. Mesmo assim, dada a corrupção da administração otomana, os sionistas resolviam tudo por meio de subornos, isso somado à grande influência que o sionismo tinha no seio do império.

Se não fosse isso, o Mandato da Palestina, outorgado à Grã-Bretanha em 1922, pela antiga Liga das Nações, como desdobramento do chamado Acordo Secreto Sykes-Picot (Sazanov sai da denominação porque com a Revolução russa de 1917, os bolcheviques denunciam os pactos coloniais da era czarista e retiram a nascente União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) dos mesmos, daí vindo a público a traição aos árabes de Grã-Bretanha e França), de 1916, e da Declaração Balfour (2 de novembro de 1917), bem como da Conferência de San Remo (1920), teria começado, em 29 de setembro de 1923 com apenas 1,5% das terras em posse de pessoas de fé religiosa judaica, não os 3% identificado no censo britânico de 1922. Mas, claro, nada do que ocorreu no período otomano teria significado não fosse sua derrota na 1ª

Guerra Mundial e tudo que se deu em seguida, incluída a ocupação militar da Palestina pelos britânicos começando pela captura de Jerusalém, em dezembro de 1917, após batalhas em Gaza, e depois o restante do território, em outubro de 1918.

Resumidamente, a empreitada sionista, mirada para a Palestina a partir de 1897, só passa a ter sentido de realidade com a decisão britânica de realizá-la. Os sionistas eram aventureiros com um plano em mente, não mais que isso. Não tinham poder de implementar seu sonho/pesadelo. E a sequência de eventos históricos, ainda que cronologicamente conhecidos, nem sempre informam ao público seus reais significados.

Ouvimos ou lemos, sempre que falamos da Palestina, de uma certa traição aos árabes, decorrente dos acordos secretos denominados Sykes-Picot, entre Grã-Bretanha e França. Esta consistia em não honrar a promessa de autodeterminação aos árabes em troca de seu esforço de guerra contra o Império Otomano. O defeito, aqui, está na regra de não qualificar esta traição, isto é, não informar o que havia antes, o que havia sido traído. No caso, tratasse da correspondência diplomática trocada por dois anos (1915/16) entre Sir Henry McMahon, alto comissário britânico no Egito, e o Xerife de Meca (Hijaz, hoje parte do que passou a ser a Arábia Saudita) Hussain Ibn Ali, que passa a ser conhecida como correspondência McMahon-Hussain. Numa delas, de 24 de outubro de 1915, apenas os vilayets de Bagdá e Basra, no atual Iraque, ficariam sob status especial em favor dos britânicos, notadamente por conta das reservas de petróleo. Logo, ressalvada esta exceção, inserida no item 5 desta correspondência em específico, toda a região, incluída a Palestina, viveria autodeterminação após a derrota dos otomanos.

McMahon apresentou outra ressalva territorial, a francesa: os distritos de Mersina e Alexandretta (território sírio, mas hoje sob soberania turca) e terras a oeste de Damasco (capital da Síria) – Homs, Hama e Aleppo – e o que se torna o atual Líbano. Logo, a Palestina estava excluída também desta exceção territorial francesa.

É, portanto, desta delimitação territorial sob promessa de autodeterminação que tratou a correspondência MacMahon-Hussain e, conseqüentemente, é aí que reside a traição contida em Sykes-Picot (Sir Mark Sykes e François Georges-Picot), de maio de 1916 (tratativas iniciadas em novembro de 1915) com participação da Rússia czarista (Sergey Dimitriyevich Sazonov). A partição do espólio territorial do derrotado Império Otomano passou a incluir a Palestina, além da Jordânia e Líbano, mais a ampliação da presença colonial franco-britânica em toda a Síria (França) e Iraque (Grã-Bretanha).

Só se entende a posterior Declaração Balfour (Arthur James Balfour, o secretário de relações exteriores britânico) – na verdade, uma correspondência dirigida ao banqueiro Lionel Walter Rothschild (cujo encargo era “encaminhar esta declaração ao conhecimento da Federação Sionista”), um sionista feroz que defendia uma supremacia judaica na Palestina, de 2 de novembro de 1917 –, considerando o

entendimento de 1916. Há outro elemento a ser considerado para a declaração britânica unilateral: o fim do regime czarista, substituído pelos bolcheviques revolucionários, que se retiraram de todos os tratados coloniais e os denunciaram. Sem isso, talvez não soubéssemos de Sykes-Picot ainda hoje.

A Declaração Balfour também é subestimada. Ela não é mera promessa de um “lar nacional judeu” na Palestina: é a decisão britânica de que aplicaria suas energias coloniais na sua realização. Seria o maior império colonial e imperialista da Terra contra uma pequena Palestina, de população desarmada e desamparada. E seu texto, de apenas 67 palavras, cuja maior parte da redação coube ao político conservador e jornalista Leo Amery (Leopold Charles Maurice Stennett Amery), de pai britânico e mãe húngara professante do judaísmo, não deixa dúvidas do inferno que seria para os palestinos sua implementação. A promessa era que a Grã-Bretanha “empregará todos os seus esforços no sentido de facilitar a realização desse objetivo”, o de “um Lar Nacional para o Povo Judeu”. Nem mesmo uma ressalva entendida por alguns leigos e ingênuos como “proteção” ao povo palestino – “nada será feito que possa atentar contra os direitos civis e religiosos das coletividades não judaicas existentes na Palestina” – é menos perigosa. No contexto, estas “coletividades não judaicas existentes na Palestina” (perto de 95% da Palestina de então) não teriam direitos nacionais, reservados a pessoas de fé religiosa judaica. Logo, teriam apenas direitos civis, não especificados (os sionistas negariam e seguem negando aos palestinos estes também), e religiosos. Nascia aí, como promessa britânica, um regime de Apartheid.

E tudo o que vem depois vai obedecer a este arranjo, claramente de exclusão da população palestina originária, de um lado, e a fabricação de uma supremacia judaica, somente possível com deslocamento à Palestina de uma nova demografia, estrangeira, que substituiria a autóctone. Claramente estamos falando de um processo de limpeza étnica, sem o qual não seria possível tornar a Palestina um “lar nacional judeu”.

A Conferência de San Remo (abril de 1920) apenas selou as fronteiras do mundo árabe a ser dominado colonialmente por britânicos e franceses, com planos de divisões sectárias da região – a Síria, por exemplo, seria apenas de muçulmanos sunitas, assim como a parte do Líbano conhecida como Vale do Bekaa apenas muçulmana xiita, insanidade ainda em vigor nas destruições da região – que tornariam a Palestina uma terra apenas para professantes do judaísmo. Nos dias de hoje, judeus fanáticos e genocidas de um lado e degoladores autoproclamados muçulmanos de outro não são mera coincidência, sem lastro colonial planejado.

A outorga da Palestina aos britânicos, em 1922, por meio do Mandato da Palestina, pela antiga Liga das Nações, é a “legalização” de um crime de lesa-humanidade anunciado. Ele é redigido em Londres, em 15 de junho de 1922 e confirmado dia 24 do mesmo mês pelo Conselho da Liga das Nações, completado em 16 de setembro para delimitar o que seria a Palestina destinada ao exclusivismo judaico (o

território hoje denominado “Palestina Histórica”, que caberia melhor designar como Palestina Colonial) e a Transjordânia, hoje Jordânia, isto é, a territorialização e definição dos respectivos *status* coloniais dos dois lados do Rio Jordão.

O Mandato da Palestina entra em vigor em 29 de setembro de 1923 (ano passado, em 2023, uma semana antes do 7 de outubro, completou desaparecidos 100 anos) e, curiosamente, ou nem tanto, Herbert Louis Samuel, o 1º Alto Comissário da Palestina Mandatária (1923/25), é um britânico de fé judaica e sionista fervoroso, inclusive panfletário da judaização da Palestina bem antes de os britânicos aderirem a esta demanda.

Algo curioso quanto à data de sua entrada em vigor também é negligenciado: após o Tratado de Lausanne, de 24 de julho de 1923, estabelecendo a Turquia posterior à 1ª Guerra Mundial, ou a Turquia moderna, na qual o outrora poderoso Império Otomano reconhece a soberania dos britânicos sob a Palestina e, por óbvio, a Declaração Balfour, isto é, tornar judaica a Palestina. Não por acaso, os turcos reconhecem “israel” em março de 1949, dois meses antes da ONU, que só o faz em 11 de maio do mesmo ano, por meio da Resolução 273/III, da Assembleia Geral, que impõe como cláusulas condicionantes a implementação das Resoluções 181 (29 de novembro de 1947) e 194 (11 de dezembro de 1948), isto é, restituir aos palestinos territórios conquistados pela força e permitir o retorno dos refugiados, ou seja, na prática, desfazer a limpeza étnica – nada disso foi exigido pela Turquia.

Muitas pessoas menosprezam a importância do Mandato da Palestina. É ele que desenha, ineditamente, um modelo de limpeza étnica. Começa pelo preâmbulo, em que se lê que “as Principais Potências Aliadas também convieram em que a Mandatária se responsabilizaria por pôr em efeito a Declaração originalmente feita, a 2 novembro de 1917, pelo Governo de Sua Majestade Britânica, e adotada pelas ditas Potências, em favor do estabelecimento, na Palestina, de um lar nacional para o povo judeu”. Sendo assim, este é o objetivo do Mandato, jamais a tagarelice de “preparar” os povos sob mandato para sua autodeterminação, posto que incapazes de a fazer por conta própria. Ademais, o texto do Mandato, como todos os documentos anteriormente citados, não cita uma só vez o povo palestino.

A “joia da coroa”, todavia, são seus primeiros 11 de 28 artigos, que, bem lidos, expõem com clareza que se trataria de um processo meticuloso de limpeza étnica dos palestinos e sua substituição por estrangeiros judeus a serem importados para assentamentos nos seus lugares. Em trecho do Artigo 11, por exemplo, isso chega a ser desavergonhado, de tão explícito: “(A administração da Palestina pelos britânicos) Introduzirá um sistema de terras apropriado às necessidades do país, tendo em vista, entre outras coisas, o desejo de promover densa colonização e intensivo cultivo da terra”. E tudo isso subordinado ao contido no Artigo 4º, que sem meias palavras determina que “Uma adequada agência judia será reconhecida como órgão público para o fim de aconselhar a Administração da Palestina e com ela

cooperar em matérias econômicas, sociais e outras, que possam afetar o estabelecimento do lar nacional judeu e os interesses da população judia da Palestina e, sujeita sempre ao controle da Administração, assistir ao desenvolvimento do país e nele tomar parte”. Quer dizer: na prática, a Palestina já estava sob gestão dos sionistas (Organização Sionista Mundial, inclusive expressamente citada como aquela que poderia vir a cumprir o papel junto à administração colonial britânica).

Somente neste contexto é que podemos compreender o que sucede depois, inclusive nos fracassos sionistas, pouco mencionados, talvez pela anemia derrotista de alguns narradores para a Palestina, tanto palestinos quanto não palestinos, alguns deles mais palpiteiros que analistas de fato.

O plano sionista era tornar a Palestina, em apenas um quarto de século, de 1923 a 1948, um espaço judaizado em suas demografia e geografia, intento em que fracassaram rotundamente, mesmo com todo apoio britânico, em que se destaca a guerra colonial contra o povo palestino (1936/39), talvez a maior de todas as guerras coloniais conhecidas, considerando a pequenez da Palestina de então e a grandeza das forças coloniais empregadas para esmagar a luta anticolonial palestina, auxiliada pelas gangues sionistas já então armadas, ao grotesco pretexto de “autodefesa” (colonizadores se autodefendendo!).

Ocorre que, mesmo com tudo que se deu na Europa sob período hitleriano, os sionistas chegam a 1947 com apenas, quando muito, 30% da população palestina composta por professantes do judaísmo e, ainda mais grave, com estes detendo apenas 5,87% da terra, nem dobrando os perto de 3% de pessoas judias que já tinham em 1922. É este fracasso monumental que leva os britânicos a entregarem o assunto à recém-nascida ONU, com sugestão de partilha da Palestina para nela haver dois Estados, um dos quais seria o tal “lar nacional judeu”.

Um relatório a este respeito é apresentado por comissão especial da ONU para averiguar o tema, no qual é recomendado que os palestinos, 70% ou mais da população, e originários, que detinham 94,13% da terra, ficariam com apenas 42,9% de seu próprio país, enquanto que os estrangeiros recém-chegados, a maioria a não mais de 10 anos, ficariam com 56,5% da Palestina, ou quase 10 vezes o que detinham do território e, em equivalência populacional, praticamente o dobro do que lhes poderia ser considerado. Uma desproporção absurda e inaceitável sob qualquer ângulo que se queira analisar. Os demais 0,6%, basicamente Jerusalém, seria área internacionalizada a ser gerida pela ONU em nome da Comunidade Internacional.

Ainda que injusta e favorável aos sionistas, esta é nova derrota ao movimento supremacista judaico, posto que queriam toda a Palestina. Deram declarações públicas que aceitavam a partilha, mas os fatos desmentem a narrativa oficial e fantasiosa dos sionistas. Em 17 de dezembro de 1947, ou seja, apenas 18 dias após aprovada a Resolução 181 (29 de novembro), que recomendou a partilha, os grupos sionistas armados iniciam a limpeza étnica da Palestina, atacando Deir Ayub, Beit Affa e Lifta. Este processo seguiu,

com incontáveis massacres, destacando-se o de Deir Yassin (9 de abril de 1948), até 14 de maio de 1948, quando os britânicos se retiram da Palestina, deixando-a livre para a ação genocida sionista. Daí os sionistas se autoproclamam estado e adotam o nome fantasia “israel” para a empreitada colonial e genocida.

Até 14 de maio, cerca de 250 mil palestinos foram limpados etnicamente, que se tornam 300 mil quando somados os 50 mil desterrados no período do Mandato, isto é, mais de 20% da população palestina originária. Este dado é fundamental para entendermos ao menos duas coisas. A primeira, que os sionistas declararam guerra à Palestina, de extermínio, ao menos seis meses antes da alegada e folclórica “guerra árabe-israelense”, declarada, conforme a mistificante narrativa sionista, em 15 de maio de 1948 e ativada, na prática, em 26 de maio, para “destruir” o nascente estado judeu, o “Davi” que novamente enfrenta o “Golias”. A precisão histórica informa que houve uma guerra contra a Palestina, declarada e aplicada pelos sionistas, com objetivo claro e inaugural do sionismo, isto é, tornar a Palestina sem palestinos. Logo, o máximo que poderia ter havido, do lado árabe, seria uma tentativa de socorrer os palestinos, o que restou infrutífero.

Ao final e ao cabo, neste processo de 1947 a 51 foram invadidas 774 localidades palestinas, das quais 531 destruídas. Da Palestina, conquistados pelo terror 78% dela, território do qual 88% dos palestinos foram eliminados, no que é a maior limpeza étnica da história. Disso resultam os atuais 6,2 milhões de refugiados palestinos e seus descendentes.

Essa é a denominada *Nakba*, palavra árabe cujo significado é catástrofe, lembrada todo dia 15 de maio, algo inadequado para esta data. Primeiro porque a Nakba começou, quando pouco, em 17 de dezembro de 1947 e, segundo, porque lembrar da limpeza étnica em 15 de maio permite entender que este é o seu início, quando, na verdade, é seis meses antes, como plano prévio e paralelo à hipócrita aceitação pública da partilha recomendada. E, pior ainda, dá aos sionistas o pretexto a “coincidência” constante de sua narrativa, isto é, de que não se tratou de limpeza étnica, mas de consequência da “guerra árabe-israelense”, ainda que este argumento também não persista em vista de “israel” até hoje não acatar a Resolução 194, a do retorno, com a qual se comprometeu justamente para ser admitido como estado-membro da ONU.

A magnitude da tragédia palestina rivaliza com outra catástrofe, a sionista, pouco debatida, ou mesmo não debatida: o novo fracasso do plano sionista, que consistia em tomada integral da Palestina até 14 de maio de 1948 e sua integral limpeza étnica até esta mesma data. O resultado foi a tomada parcial da Palestina (metade do que era designado aos palestinos pela partilha recomendada) e a limpeza étnica também parcial – persistiu ao menos 12% da população originária no território tomado, ao menos um

terço dos expulsos ficaram nas fronteiras da Palestina Histórica (Cisjordânia, incluída Jerusalém Oriental, e Gaza) e a integralidade da população palestina da área não tomada naquele momento seguiu intacta.

Foi em virtude disso que “israel” planejou e executou a agressão bélica de 1967, na qual a tomada da integralidade da Palestina se consumou, porém, sem a limpeza étnica “necessária” ao projeto. E de lá para cá os fracassos, malgrado o severo regime de Apartheid e todas as políticas destinadas à remoção da população palestina, não pararam de se acumular, ao ponto de hoje, 2024, haver, em todo o território palestino, 120 mil não judeus a mais que judeus – o plano sionista é haver apenas judeus em toda a Palestina. Ano que vem, 2025, é projetado que haverá 180 mil mais não judeus e a projeção para 2030 é esta maioria não judaica ser de 550 mil.

Na ideia genocida e, a esta altura, inconsequente, até irracional, dos sionistas, é preciso haver, ao menos, maioria judaica na Palestina, pressuposto necessário para a vulgar defesa da “autodeterminação” judaica no território em que seria maioria, pouco importando que esta derive de processo combinado de limpeza étnica e colonização por estrangeiros.

Isso pode explicar a sanha genocida em curso em Gaza, há 442 dias (para 22 de dezembro), explicitada abertamente nas diversas locuções oficiais do gabinete assassino de “israel”, defendendo que os dois milhões de palestinos do território sejam absorvidos por outros países, resolvendo-se o “problema humanitário” (Ram Ben-Barak, parlamentar israelense do partido Yesh Atid e ex-diretor adjunto do Mossad), ou “ao menos” 1 milhão, como abertamente defendeu, dias atrás, Bezalel Yoel Smotrich, ministro de finanças do governo ultra fascista de “israel”.

Considerando apenas a matança genocidária em curso, já diminuíram a população palestina em 56.912, considerando os pelo menos 11 mil desaparecidos sob os escombros, que pode chegar a 230 mil se for confirmada a tese defendida em artigo publicado na revista *The Lancet*, em 5 de julho deste ano, segundo o qual haveria, para cada uma morte decorrente das ações bélicas de “israel”, outras quatro, efeito da devastação, das doenças não tratadas (300 mil antes de iniciada esta fase genocidária e de 450 mil a 600 mil adquiridas em seu curso), fome, sede, falta de medicamentos, inclusive para os feridos, hoje 113.494, quase todos graves e mutilados.

Tornar o território inabitável, inclusive impedindo um cessar-fogo/genocídio permanente, ação combinada com impedimento – ou, no mínimo, dificultando – da reconstrução, visará levar a mais mortes, especialmente de mulheres e crianças, bem como a um êxodo massivo para fugir ao apocalipse que poderá se firmar em Gaza.

Germinal: Hoje o Hamas é uma das principais organizações políticas de resistência do povo palestino. Mas nem sempre foi assim. No passado, grupamentos laicos, alguns de bases socialista, marxista e comunista, tiveram peso na luta palestina. O que aconteceu para as ideologias confessionais se tornarem hegemônicas na contemporaneidade?

Ualid Rabah: Penso que a questão não é que na Palestina não tenha havido forças sociais e políticas, digamos, não laicas; sempre houve. A diferença, me parece, à luz da questão posta, é que até pelo menos 1988, pouco depois da eclosão da Intifada, em dezembro de 1987, os segmentos sociais mais fortemente sequestrados por uma interpretação imobilista e, claro, criminoso, do Islã, roubavam parte da demografia palestina e a excluía da resistência nacional.

A ideia, vulgar e benéfica ao imperialismo, notadamente ao sionismo, era de que os movimentos de libertação nacional eram uma anomalia afrontosa à alegada “vontade” do que interpretaram como “deus”, porque o fracionamento nacional, isto é, os povos terem seus estados nacionais, impedia a realização da “umma”, isto é, a “(grande) comunidade dos crentes”, muçulmanos, no caso. Logo, a luta nacional palestina contra o sionismo estaria inscrita neste atentado contra a ordem divina. Veja só!

Eis que em 1988 uma parte dos palestinos sai deste imobilismo capanga do imperialismo e adere, em separado, à Intifada, coordenada a partir de Túnis (Tunísia) por Kalil al-Wazir, mais conhecido como Abu Jihad, papel que lhe rendeu o assassinato a tiros quando do ataque à sede da OLP na capital tunisiana por comando “israelense”, em 16 de abril de 1988. A parte que sai deste imobilismo obediente ao “ocidente” e ao sionismo resulta no Hamas.

Há locuções equivocadas, e até propositalmente promotoras de narrativa distorcida, que creditam a Intifada ao Hamas, isto é, ao seu surgimento, o que não é fato, bem como não é realidade fática que tenha sido consequência “natural” deste momento histórico, como seu resultado, narrativa romantizada com intentos políticos claros. Na verdade, foram as forças políticas, sociais e de resistência ligadas à OLP – Fatah, FPLP, FDLP e PCP – que deram início à Intifada e foi Yasser Arafat quem chancelou que este movimento deveria ser pacífico, seja para evitar um banho de sangue, próprio – e até desejado – dos “israelenses”, seja porque o apoio da opinião pública global aderiria se ele fosse pacífico.

Novamente desmontando os mitos romantizantes, a Intifada não foi um estalido do nada; ela vinha sendo acumulada fazia mais de um ano, desde 1986, tanto em Gaza quanto na Cisjordânia, especialmente devido à repressão e assassinatos em escolas e universidades palestinas. É claro que caberia falar muito mais sobre a Intifada, seja por sua importância, seja para desmontar mitos diversos, mas importa corrigir ao menos quanto a seu término, ou arrefecimento quase terminal, que foi 1991, com o início das conversações multilaterais de Madri, ao contrário de narrativas ocas que o situam em 1993, quando da assinatura do Acordo de Oslo.

Retornando ao ponto, temos que considerar muitos elementos históricos, ainda que resumidamente, para compreender o declínio das forças palestinas à esquerda, ou, mais amplamente, nacionalistas e laicas, pois, embora a maior perda seja para as forças autoproclamadas à esquerda, o Fatah, uma frente também com elementos de esquerda em sua composição, também sangrou neste processo.

O primeiro deles é que o campo nacionalista árabe, que era, também, desenvolvimentista, tanto no plano econômico, destacando-se grandes obras de infraestrutura, como social, com disseminação da educação, incorporando as mulheres a todos os campos da vida, foi fortemente atacado pelo campo reacionário, que sequestrou o Islã para interpretá-lo em termos favoráveis ao imperialismo, notadamente porque desmobilizante e, claro, porque obscurantista.

Sua maior oposição, porque estratégica, foi a Gamal Abdel Nasser, presidente do Egito, que chega ao poder liderando a Revolução dos Oficiais Livres, de 1952 (ele chega de fato ao poder em 1954). Ele morre em 1970, sob circunstâncias ainda sob suspeita, em seguida a mediar o fim do banho de sangue contra a guerrilha palestina na Jordânia, apoiada por “israel” e seus aliados ocidentais, bem como pelo bloco petro-monárquico ainda hoje sustentado pelo “ocidente”, parte dele abertamente aliado do sionismo nos dias atuais. E nada mais inimigo dos reacionários obscurantistas que os palestinos e sua luta nacional, que, a um só tempo, pediam um estado laico, numa república, com parlamento, eleições, igualdade entre homens e mulheres nos campos político, social e econômico, bem como alinhamento anti-imperialista. Tudo isto estava em conformidade aos 15 princípios de Bandung, que ainda hoje orienta o Movimento dos Países Não Alinhados e, até final dos 1970, foi a base dos movimentos de libertação nacional. Afinal, como haver, em pleno mundo árabe, um estado democrático, plural, laico, em que seu povo elege seus dirigentes, em que possa haver todos os partidos, os comunistas (e ateus) inclusive? Seria um péssimo exemplo para a região, capaz de levar a rebeliões que deporiam os despotismos, todos eles useiros e vezeiros do Islã, inclusive até nossos trágicos dias.

Embora a morte de Nasser não leve ao poder no Egito o obscurantismo falsamente observador da fé muçulmana, é fato que o novo presidente, Anwar Sadat, é apoiado pela Irmandade Muçulmana por suas posições doentivamente avessas ao socialismo e ao comunismo, apontadas como marcas de Nasser, embora propositalmente exageradas para se oporem a ele, notadamente quanto aos seus pendores comunistas, jamais verdadeiros. E Sadat atende com entusiasmo aos reacionários obscurantistas num ponto crucial: desmonta os tratados de amizade e cooperação econômica e militar com a União Soviética a partir de 1971. Foi graças a este erro monumental que o Egito perde a guerra de 1973. Sem os modernos armamentos soviéticos e, do outro lado, o apoio incondicional dos EUA a “israel” (os estadunidenses entregaram a “israel”, a partir de 10 de outubro de 1973, 24 mil toneladas de material bélico, incluindo mísseis, munições e tanques), a derrota foi o deslinde óbvio.

É verdade que egípcios e sírios tiveram apoio material soviético, mas nem de longe nos termos que haveria se mantidos os acordos do período sob Nasser. Os milhares de instrutores soviéticos, por exemplo, que chegaram a superar os 10 mil, o maior número em país fora do Pacto de Varsóvia, já não existiam. A capacidade antiaérea egípcia, que no início da guerra foi fundamental (mais de 100 caças de “israel” foram abatidos), seria muito maior se mantida a cooperação com os soviéticos.

Podemos afirmar, com certa segurança, que o Egito, não sendo mais a referência de uma potência anti-imperialista e anticolonial, condição piorada após o acordo de Camp David, de 1979, que leva o lado egípcio a recuperar o Sinai, perdido em 1967, em troca de reconhecer “israel”, porém sem uma palavra sobre a Palestina, dão mais proeminência a outros países da região, tanto os reacionários, quanto outros atores pretensamente representantes de um nacionalismo árabe, mas que não reuniam as condicionantes egípcias.

Os planos de destruição da região nunca pararam um só segundo. Dois eventos quase concomitantes devem ser considerados. Primeiro, a revolução iraniana, que começa com a desestabilização do regime do Xá em 1978 e culmina com sua deposição e chegada ao poder do aiatolá Khomeini em 1979. Ao mesmo tempo, a assinatura de Camp David, retirando-o da cena anti-israelense. Mas a cereja desse duplo bolo é a farsesca guerra Irã-Iraque, que arrasa os dois países que poderiam, por seu poder petrolífero, dimensões populacionais e territoriais etc., mudar o jogo na região. E esta combinação de fatores é que permitiu a invasão do Líbano por “israel” em 1982.

Além da destruição do Líbano de tempos em tempos, plano sionista permanente, assim como é para a Síria (objetivo mais do que alcançado agora), “israel” tinha como meta deslocar a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) do Líbano, isto é, impedir que a guerrilha palestina seguisse próxima da fronteira da Palestina. Ela já havia sido deslocada da Jordânia pelas mesmas razões. Um conjunto de interesses levou a que não apenas “israel” tivesse interesse nisso, mas também a Síria. E o Irã, àquela altura, por divergências com a liderança palestina de Yaser Arafat, também interessado em prejudicar a OLP, viu com bons olhos este desdobramento. Eis que a OLP se retira para a Tunísia, distante da Palestina!

Esses sucessivos erros foram, também, ao menos enquanto avaliação do quadro geral, também das forças políticas designadas como de esquerda no quadro da OLP. O digladiar interno contra o Fatah não raro as colocou em aliança com regimes da região que queriam se apropriar da agenda palestina e aplicá-la sob seus prismas. E quando estas forças não se alinhavam automaticamente com estes regimes, um setor delas rachava e se subordinava a este ou aquele regime. Foi assim que alguns passaram a clientes do Iraque sob Saddam Hussein, outros da Síria, outros ainda subordinados à Líbia dos tempos de Muammar Kadafi. É óbvio que isso enfraqueceu estas forças, além de, em certa medida, prejudicar suas autoridades morais e políticas, tanto na Palestina quanto fora dela, junto das diásporas palestinas.

No quadro geral de ação colonial e imperialista de destruição do nacionalismo árabe, com os aliados regionais reacionários em ação pelo mesmo propósito, isto é, manter os arranjos de Sykes-Picot – afinal, estes regimes reacionários são tão resultantes dos arranjos coloniais quanto “israel” –, é que se dá, também, a construção de “rebeldes” com insígnias “muçulmanas” para combater, por exemplo, a URSS. É assim que nascem os “mujahedins”, os tais “combatentes da liberdade”, assim designados por Ronald Reagan. Estamos falando dos grotescos talibãs do Afeganistão. Ou seja: sempre o “ocidente” inventado libertadores para os árabes e muçulmanos em geral e dando-lhes os apelidos que ficam famosos, desde o tal Lawrence da Arábia.

Há, concomitantemente, o nascimento da ideia, também identificada como revolucionária, do Irã sob Khomeini, que também se apresentava como uma revolução islâmica. Lógico que no caso iraniano havia algo de verdadeiro: era, de fato, uma revolução anticolonial, anti-imperialista, muito distinta do movimento obscurantista talibã, bem como infinitamente superior, moral e politicamente, às tais madrasas paquistanesas, verdadeiras indústrias de fanáticos vulgares e incultos, parte deles influenciando o mundo muçulmano nos dias atuais.

Como podemos ver, há um deslocamento da ideia revolucionária para o campo confessional, ora reacionário e farsesco (na esmagadora maioria dos casos), manipulado para beneficiar os interesses “ocidentais” e, na prática, de “israel”, ora genuinamente anticolonial, caso restrito, talvez, ao Irã, com os defeitos que lhe são próprios.

Este quadro tem depois um encontro com o fim da URSS e a hegemonia dos EUA, que passam de superpotência a única hiperpotência. Um pouco antes a URSS se retira do Afeganistão. Aí são disparadas, a um só tempo, as diversas iniciativas ocidentais a dividir o mundo entre uma civilização alegadamente “ocidental” e o perigo ao seu lado, o “Islã”. Mas essa narrativa farsesca é construída de modo que haja um Islã “moderado”, casualmente representado pelo que há de mais reacionário na história humana, enquanto que há outro integrante de um inventado “eixo do mal”, uma mistura que coloca na mesma sacola o Irã muçulmano, Iraque, Síria e Líbia estados e regimes laicos, e sem muito alarde a Argélia símbolo de um mundo árabe que lutou emblematicamente contra o colonialismo. E todos estes países, claro, visados pelo “ocidente” e, como sabemos hoje, destruídos um após outro, ressalvada a Argélia. Esta, contudo, está vivendo, desde ao menos 1991, processo de insurgência interna sob insígnia islâmica que já levou a destruição e morte que rivaliza apenas com o período colonial.

Então, resumindo, temos que o “ocidente” tornou, para realização de seus interesses, a fé muçulmana um perigo, o “terrorismo”, misteriosamente para acusar seus adversários laicos e seculares no mundo árabe, ou seja, justamente os que nada tinham de instrumentalização do islamismo para o alegado “terrorismo”, e, ao mesmo tempo, tornam os grupos fanáticos e de fato terroristas “revolucionários”, que,

não por mero acaso, castigam os regimes árabes insubordinados, os laicos e seculares. A grande questão é: como isso enganou tanta gente, inclusive de dita “esquerda”, presente na brasileira também?

Todo este processo deslocou, farsescamente, o lado revolucionário, anticolonial, para um punhado de fanáticos que, de fato, nada fazem senão instrumentalizar a fé muçulmana em benefício dos interesses “ocidentais”. E como ficam os setores mais identificados com a agenda anticolonial? Bem, se perderam no meio do caminho, inclusive preferindo nutrir-se de seus rancores e, tendo-os por bússola, realizar alianças estranhas que conduziram à sua superação ano após ano, ao ponto de hoje, segundo pesquisas de opinião pública confiáveis, não representarem 2% da expressão política na Palestina.

Uma parte da alegada esquerda palestina se comporta, atualmente, como setores de ultraesquerda no “ocidente”: mais fazem barulho e caluniam do que analisam e respondem aos desafios postos no terreno. Esta perda de contato com a realidade afetou, também, os demais setores progressistas das sociedades árabes em geral, claro. Logo, não é diferente na sociedade palestina, em que o que está em jogo é toda a história de seu movimento de resistência nacional, de sua luta por emancipação nacional. A tentativa de deslegitimação da OLP, não apenas apontando seus eventuais erros, mas simplesmente anulando-a historicamente, bem como seus líderes, tem implicações sérias de destruição da própria história da Palestina. Um exemplo claro é a campanha por destruição da reputação de Yaser Arafat, na mesma linha de campanhas recentes de aniquilação das reputações de Nelson Mandela e Mahatma Gandhi. Curiosamente, no caso palestino, setores da dita esquerda palestina são os mais ferozes neste mister, inclusive de uma parte desta integrante da OLP.

O entendimento entre as forças políticas relevantes na Palestina, alcançado em Pequim, de reconciliação nacional, construção de governo de unidade nacional emergencial e reconfiguração da OLP, para que todas as forças que não a integram ingressem nela, gera novos desafios. Afinal, quem está na OLP desde sempre, terá que ceder espaços as novas forças que ingressam, como Hamas e Jihad Islâmica Palestina. Quem perderá mais neste processo? A princípio, as forças que se perderam mais e se tornaram menos relevantes, dentre elas a alegada esquerda palestina.

Há um registro, quanto à OLP, que não pode passar em branco. Nos últimos anos, parte desta esquerda palestina passou a dizer publicamente que a OLP não a representa, ao mesmo tempo que a integra, tem cargo nela e, mais do que isso, tem, por exemplo, embaixadores da Palestina em alguns países que reconhecem o Estado Palestino. Isso tem outras implicações, como, na prática, reconhecer os Acordos de Oslo, pois a Autoridade Nacional Palestina e suas embaixadas resultam deste acordo. Isso também pode explicar a perda de contato com a realidade popular, pois as pessoas comuns não deixam de enxergar tamanhas hipocrisias.

Por fim, a prosperar a reconciliação palestina sob guarda-chuva da OLP, com a organização potencialmente fortalecida, veremos muitos dos hoje com vários pés em muitas canoas mudando seus discursos. Alguns já o fizeram, sem meias vergonhas, inclusive no Brasil, falsamente se apresentando como membros do Conselho Nacional Palestino, máxima instância da OLP, também designado o parlamento no exílio.

Germinal: Em termos gerais, uma larga bibliografia do pensamento crítico afirma que, em tempos de guerra, a ciência e tecnologia utilizadas pelas grandes empresas capitalistas ganham um enorme impulso. Pode-se dizer que o atual genocídio do povo palestino é um laboratório macabro para o teste e uso de novas tecnologias da guerra 4.0?

Ualid Rabah: Acho que isso dispensaria comentários se não fosse para demonstrar o que de fato há de macabro nisso: o uso de tecnologia para aumentar a “ineficiência” das armas, sistemas e munições e, com isso, matar mais – e não menos – civis, especialmente exterminar crianças e mulheres. E, também, que isso é feito ao vivo, em genocídio televisionado.

É a primeira vez, por exemplo, que o monitoramento de mensagens de WhatsApp define a escolha dos alvos, com suas famílias, a depender de seus conteúdos, para serem exterminados. E isso com a facilitação da empresa Meta, dona desta plataforma de comunicação. Seguramente o mesmo se deu em todas as formas de comunicação das grandes empresas de tecnologia da informação, que tomam parte, portanto, da primeira solução final televisionada.

Segundo reportagens que aprofundaram o assunto, a inteligência artificial foi utilizada para escolher o máximo de alvos civis quando estivessem com o maior número de pessoas em seus interiores. Logo, foram alvos declarados as residências e, mais, quando com todas as famílias em seus interiores. É claro intento genocidário. Se foi assim com as residências, óbvio que o mesmo critério foi adotado para os abrigos, como escolas, centros comunitários, igrejas e mesquitas, atacados quando com ocupação máxima e, logo, para alcançar o máximo de vítimas civis, desarmadas.

Mas talvez isso nem seja o mais assustador, visto que a grande questão é que este extermínio tecnológico se dá ao vivo. Ou seja: as pessoas estão assistindo ao celular como arma de guerra, seu mecanismo de mensagens como instrumento de genocídio, sua inteligência artificial como o grande condutor de uma limpeza étnica, de uma solução final.

E o que é mais assustador nisso? Bem, acredito que é o fato de o “ocidente” estar agindo com a certeza de que haverá parte de sua opinião pública já preparada para isso, isto é, que foi previamente preparada para suportar o genocídio diante de seus olhos, aceitá-lo cada vez mais, ao ponto de passar a defendê-lo. Estamos diante de um “ocidente” que se preparou, sem que fosse percebido, para a era dos

genocídios, com sua população, ou uma parte dela, definida como essencial, apta a absorvê-lo e, mais, defendê-lo? Este é desafio diante do qual a raça humana está.

Diria que estamos, como nunca antes, diante da realização dos piores cenários das distopias, em que o totalitarismo genocida se realiza com máximo de tecnologia, ao lado do máximo de miséria material e espiritual, sempre tendo na cena estranhas figuras vestindo túnicas, meio sacerdotais, meio mágicas e místicas. Quando vemos o genocídio na Palestina sendo realizado em nome de um “deus”, a divindade étnica invocada por “israel” como a mesma do monoteísmo, me parece que estamos no pior cenário descrito nas distopias.

Afirmamos, em 7 de outubro do ano passado, que estamos diante de um mundo em construção, pelo “ocidente”, no qual o totalitarismo será a regra. Os momentos iniciais de perseguição a todos que se opuseram ao genocídio foi um aviso, embora, talvez e infelizmente, pouco percebido.

O modelo totalitário em construção é “israel”. Neste sentido, sim, a Palestina é o laboratório. Entretanto, não nos enganemos quanto ao dono disso tudo, que nem de longe é a vulgaridade colonial em forma estatal denominada “israel”, e sim os EUA, com alguns aliados dos estados profundos inglês, francês, alemão e, eventualmente, algumas outras elites, até mesmo do mundo árabe.

Germinal: No Brasil e no mundo, vimos movimentações políticas contra a guerra e o genocídio, mas nada disso foi suficiente para barrar o massacre sionista. O que ainda precisamos fazer, enquanto esquerda organizada e militante, para defender o povo palestino?

Ualid Rabah: Bem, estamos falando de um genocídio programado desde 1897, pois a Palestina estava predestinada, pelo plano sionista, a não ter palestinos. Então o que temos hoje é uma fase dele, a mais aguda dos 77 anos de aplicação em concreto do objetivo sionista, o de solução final na Palestina, tornar toda esta terra judaizada, em suas geografia e demografia.

Com este raciocínio, o que temos que parar é o plano sionista em seu todo, acabar com o regime sionista, isto é, com este estado supremacista designado pelo nome fantasia “israel”.

À luz deste primado, podemos dizer que o sionismo e seus planos foram desnudados pela primeira vez na história, com uma parcela inimaginável da opinião pública agora conhecedora do que se dá na Palestina há pelo menos 77 anos. Pela primeira vez as pessoas comuns passaram a perguntar o porquê de isto estar em vigor há 77 anos. Mais incrível ainda é que as pessoas agora sabem o que é o sionismo, condenam a instrumentalização do alegado “antisemitismo” e refutam esta manipulação e denunciam sem medo a inadequação de uma supremacia judaica na Palestina, isto é, entenderam que há um regime de apartheid imposto aos palestinos. E, por fim, as pessoas tomaram conhecimento da Nakba, não apenas

como termo, mas como significado, o que as fez compreender que está em curso um processo de limpeza étnica de tipo jamais visto.

Nunca na história foram formados tantos comitês de solidariedade à Palestina como agora. Igualmente, é a maior adesão à Palestina entre os partidos do campo democrático e popular, sindicatos e centrais sindicais e de outras formas associativas, bem como do movimento social mais amplamente. Assim como é a maior adesão aos pleitos palestinos de funcionários governamentais e de instituições multilaterais da história.

Outro salto de qualidade é que a opinião pública passou a comparar, sem medo de censura ou perseguição, o que acontece ao povo palestino aos crimes nazistas. E, claro, uma enormidade de pessoas passou a estudar sobre a questão palestina. Tudo isso é muita coisa e estamos falando apenas da opinião pública geral, isto é, de uma média em que a maioria é de pessoas simples, que jamais tomariam contato com a Palestina ou com a luta nacional de seu povo.

Qualitativamente há avanços mais profundos e estratégicos. Primeiro, o sionismo perdeu o monopólio que detinha, nas universidades e noutros centros de produção de conhecimento, da narrativa para a Palestina. Há uma verdadeira rebelião de acadêmicos, intelectuais e mundo da cultura em geral contra “israel” e contra o sionismo. Cátedras e mais cátedras, centros e mais centros de estudo, trabalhos de conclusão de curso, mestrados e doutorados, pesquisas de todos os tipos sobre a Palestina inundam o mundo universitário. O que já era um movimento perceptível é, agora, um verdadeiro tsunami.

Os relatórios do sistema ONU e de outros organismos internacionais, bem como das principais ONGs internacionais de direitos humanos, de direitos da criança, de médicos e outros profissionais, são unânimes quanto a “israel” ser um regime de apartheid e, os últimos, apontando para o crime de genocídio.

Este acumulado leva “israel” a responder pelo crime de genocídio na Corte Internacional de Justiça (CIJ), bem como estão internacionalmente procurados seus dirigentes pelo Tribunal Penal Internacional (TPI), que emitiu mandados de prisão tanto pelos crimes de genocídio, à luz dos atos desencadeados a partir de 7 de outubro do ano passado, quanto pelos demais crimes, investigados desde 2021.

É a primeira vez na história, pelo menos desde que os ocidentais nazistas foram ao banco dos réus, que um regime dito “ocidental” é julgado por genocídio, apartheid, perseguição, extermínio e outros crimes de lesa-humanidade. Isso é feito inédito e digno de menção.

Podemos dizer, também, que este é o momento da história em que a Palestina mais teve reconhecimento internacional, ao ponto de a Assembleia Geral da ONU desconsiderar as objeções hipócritas dos EUA e elevar o status palestino no órgão.

O crime de genocídio na Palestina não foi apontado apenas por países tidos como menores. Além do Brasil, um gigante na cena internacional, bem como a África do Sul, países com direito a veto no Conselho de Segurança da ONU, como Rússia e China, acusaram o regime de “israel” de cometer genocídio contra o povo palestino. Muitos países, inclusive ocidentais, passaram a embargar a venda de armas para “israel”. E o Brasil cancelou aquisição de obuseiros da empresa “israelense” Elbit Systems, uma das mais implicadas no genocídio palestino. No caso brasileiro, os acordos de cooperação com “israel” nas áreas militar, de segurança e tecnológica, selados no governo anterior, não foram ratificados.

Se formos citar todos os avanços conquistados pela agenda palestina no último ano, faltaria papel. Fato é que a Comunidade Internacional está impondo a “israel” consequências que não eram de sua consideração ou dos EUA. Prova disso é que o genocídio na Palestina contaminou as três principais eleições ocidentais, levando às derrotas dos dirigentes de plantão e gestores do extermínio palestino nos EUA, Inglaterra e França, algo impensável até meses atrás.

Falta mais, claro. Diria que “israel” precisa começar a sentir o crescimento do movimento por Boicote, Desinvestimento e Sanções, que afetem sua economia e o funcionamento de sua máquina colonial e genocidária. É preciso que o regime de “israel” comece a ficar inviável e colapse. Para tanto, é preciso que seus dirigentes e pessoal em geral implicado na gestão do regime comecem a sofrer as consequências, como não poder viajar aos países, até por temor de responder pelos crimes de lesa-humanidade em que estão implicados.

Por fim, não bastam respostas ao regime de “israel”; é preciso respostas positivas para a Palestina. Assim, ao invés de apenas pedirmos boicote acadêmico aos sionistas, por que não fazemos acordo de cooperação acadêmica e científica com a Palestina? Este é um caminho que pode ser adotado em todos os setores da economia e da cultura em geral, nos meios universitários e técnicos.

Há mais que fazer, claro, mas o quadro vigente traz elementos que merecem consideração. É urgente, agora, o cessar-genocídio, a captura dos responsáveis, suas condenações, tanto na CIJ quanto no TPI, a reconstrução de Gaza, tudo isso comandado por um governo palestino de unidade nacional. Finalmente, a abertura de uma nova página, em que a Comunidade Internacional garanta proteção internacional ao povo palestino e imponha uma solução definitiva, na qual um Estado Palestino seja o objetivo final, respeitadas todas as resoluções ONU, dentre elas o direito ao retorno dos refugiados palestinos, bem como todo o Direito Internacional aplicável.

Germinal: Muito obrigado! Palestina livre, do rio ao mar!

Notas

¹ Presidente da Federação Árabe Palestina do Brasil (Fepal), reeleito em 2024, no 11º Congresso da entidade, em São Paulo-SP, de 20 a 22 de setembro. Tem 58 anos e nasceu em Toledo, Paraná. Filho de pai e mãe palestinos, Rabah iniciou sua trajetória militante no movimento estudantil secundarista, depois o universitário. Também milita nas lutas antirracistas, o que o fez integrar o Conselho Nacional de Igualdade Racial, de 2008 a 2016. Reside em Curitiba há 23 anos, onde é empresário. E-mail: ualidrabah@fepal.com.br.

² Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0183918615670629>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1566-1499>. E-mail: lseguram@ufu.br.

Recebido em: 24 de dez. 2024

Aprovado em: 24 de dez. 2024